

## Capítulo I

### CONSTITUIÇÃO E SUPREMACIA CONSTITUCIONAL ..... 27

1. Constituição e constitucionalismo ..... 27
2. A supremacia da Constituição e o caráter vinculante e imperativo das normas constitucionais ..... 32
3. A unidade normativa da Constituição..... 39

## Capítulo II

### CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE: A GARANTIA DA SUPREMACIA DA CONSTITUIÇÃO..... 41

1. Considerações iniciais..... 41
2. Conceito, pressupostos e legitimidade democrática do controle de constitucionalidade..... 42
  - 2.1. Conceito ..... 42
  - 2.2. Pressupostos..... 44
    - 2.2.1. A Constituição escrita e formal..... 44
    - 2.2.2. A Constituição como norma jurídica fundamental, rígida e suprema..... 44
    - 2.2.3. A previsão de órgão competente ..... 46
  - 2.3. O controle judicial de constitucionalidade e sua legitimidade democrática ante o novo paradigma do Estado Democrático de Direito. Breves anotações..... 48

## Capítulo III

### ANTECEDENTES HISTÓRICOS E EVOLUÇÃO DO CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE NO BRASIL E NO DIREITO COMPARADO ..... 69

1. O sistema “americano” da judicial *review of legislation* ou “difuso” de controle de constitucionalidade e o leading case William Marbury v. James Madison ..... 71
2. O sistema “austríaco” ou “concentrado” de controle de constitucionalidade. A contribuição de Kelsen ..... 83

|      |                                                               |    |
|------|---------------------------------------------------------------|----|
| 3.   | A evolução do controle de constitucionalidade no Brasil ..... | 93 |
| 3.1. | A Constituição de 1824 .....                                  | 93 |
| 3.2. | A Constituição de 1891 .....                                  | 94 |
| 3.3. | A Constituição de 1934 .....                                  | 95 |
| 3.4. | A Constituição de 1937 .....                                  | 96 |
| 3.5. | A Constituição de 1946 .....                                  | 97 |
| 3.6. | A Constituição de 1967/69.....                                | 98 |
| 3.7. | A Constituição de 1988 .....                                  | 98 |

## Capítulo IV

### MODELOS DE CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE ..... 103

|    |                                                                  |     |
|----|------------------------------------------------------------------|-----|
| 1. | Quanto ao parâmetro do controle .....                            | 103 |
| 2. | Quanto ao objeto do controle .....                               | 107 |
| 3. | Quanto ao momento da realização do controle .....                | 107 |
| 4. | Quanto à natureza do órgão com competência para o controle ..... | 109 |
| 5. | Quanto ao número de órgãos com competência para o controle.....  | 114 |
| 6. | Quanto ao modo de manifestação do controle.....                  | 115 |
| 7. | Quanto à finalidade do controle .....                            | 117 |

## Capítulo V

### CONTROLE DIFUSO DE CONSTITUCIONALIDADE ..... 119

|        |                                                                                                                                                        |     |
|--------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 1.     | O controle difuso-incidental de constitucionalidade na Constituição Brasileira de 1988. Considerações gerais e natureza da questão constitucional..... | 119 |
| 2.     | A provocação do controle difuso-incidental de constitucionalidade .....                                                                                | 120 |
| 2.1.   | A ação popular como instrumento de controle difuso-incidental de constitucionalidade .....                                                             | 122 |
| 2.2.   | O mandado de segurança como instrumento de controle difuso-incidental de constitucionalidade.....                                                      | 124 |
| 2.3.   | A ação civil pública como instrumento de controle difuso-incidental de constitucionalidade.....                                                        | 125 |
| 2.4.   | O mandado de injunção como instrumento de controle difuso-incidental de constitucionalidade.....                                                       | 135 |
| 2.4.1. | Origem e considerações gerais a respeito do instituto .....                                                                                            | 135 |
| 2.4.2. | Objeto .....                                                                                                                                           | 144 |
| 2.4.3. | Legitimidade ativa.....                                                                                                                                | 145 |

|                                                                                                                     |     |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 2.4.4. Legitimidade passiva .....                                                                                   | 146 |
| 2.4.5. Competência.....                                                                                             | 148 |
| 2.4.6. Decisão e seus efeitos .....                                                                                 | 149 |
| 2.4.7. Aspectos processuais do Mandado de Injunção e a Lei nº<br>13.300/2016 .....                                  | 165 |
| 3. A legitimidade para provocar o controle difuso-incidental de constitu-<br>cionalidade .....                      | 167 |
| 4. A competência para realizar o controle difuso-incidental de constitu-<br>cionalidade .....                       | 168 |
| 5. O procedimento do controle difuso-incidental de constitucionalidade .....                                        | 174 |
| 6. Os efeitos da decisão no controle difuso-incidental de constitui-<br>cionalidade .....                           | 177 |
| 7. O controle difuso-incidental de constitucionalidade e a suspensão da<br>execução do ato pelo Senado Federal..... | 180 |

## Capítulo VI

### CONTROLE CONCENTRADO DE CONSTITUCIONALIDADE..... 197

|                                                                                                                                                                                             |     |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 1. O controle concentrado de constitucionalidade na Constituição Brasi-<br>leira de 1988. considerações gerais e natureza da questão constitu-<br>cional.....                               | 197 |
| 2. Conceito e tipos de inconstitucionalidade .....                                                                                                                                          | 198 |
| 3. A provocação do controle concentrado-principal de constitucionalidade:<br>as ações diretas.....                                                                                          | 205 |
| 4. A intervenção de terceiros no processo de controle concentrado de<br>constitucionalidade – a intervenção do particular, do colegitimado e<br>do “amicus curiae” na ADI, ADC e ADPF ..... | 210 |
| 4.1. A intervenção do particular.....                                                                                                                                                       | 211 |
| 4.2. A intervenção do colegitimado .....                                                                                                                                                    | 213 |
| 4.3. A intervenção do “amicus curiae” .....                                                                                                                                                 | 216 |
| 4.4. A intervenção do amicus curiae no CPC/2015.....                                                                                                                                        | 225 |

## Capítulo VII

### AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE ..... 227

|                                        |     |
|----------------------------------------|-----|
| 1. Origem, conceito e finalidade ..... | 227 |
| 2. Legitimidade ad causam .....        | 228 |
| 3. Competência .....                   | 237 |
| 4. Parâmetro e objeto.....             | 243 |

|      |                                                                                      |     |
|------|--------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 5.   | Procedimento. A Lei nº 9.868/99 .....                                                | 257 |
| 5.1. | Da Medida Cautelar em Ação Direta de Inconstitucionalidade .....                     | 259 |
| 5.2. | Da intervenção do <i>amicus curiae</i> em Ação Direta de Inconstitucionalidade ..... | 260 |
| 5.3. | Procedimento abreviado em Ação Direta de Inconstitucionalidade .....                 | 264 |
| 6.   | Decisão e efeitos .....                                                              | 264 |
| 6.1. | Modulação dos efeitos gerais e temporais .....                                       | 276 |
| 6.2. | Técnicas de decisão e efeitos .....                                                  | 280 |

## Capítulo VIII

|                                                                                                             |            |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| <b>A AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE POR OMISSÃO.....</b>                                              | <b>285</b> |
| 1. Origem e generalidades .....                                                                             | 285        |
| 2. Natureza, finalidade e procedimento .....                                                                | 286        |
| 2.1. Possibilidade de medida cautelar .....                                                                 | 289        |
| 3. Legitimidade ad causam e competência .....                                                               | 290        |
| 4. Parâmetro e objeto.....                                                                                  | 291        |
| 4.1. A omissão inconstitucional: conceito e características .....                                           | 291        |
| 4.2. Momento em que ocorre a omissão inconstitucional .....                                                 | 294        |
| 4.3. A omissão inconstitucional e suas modalidades .....                                                    | 295        |
| 4.3.1. Omissão inconstitucional total e parcial .....                                                       | 296        |
| 4.3.2. Omissão inconstitucional formal e material.....                                                      | 301        |
| 4.3.3. Omissão inconstitucional absoluta e relativa.....                                                    | 302        |
| 4.4. As omissões controláveis .....                                                                         | 302        |
| 4.5. A omissão inconstitucional no Direito Comparado.....                                                   | 304        |
| 4.6. O controle da omissão inconstitucional e a Constituição de 1988.....                                   | 307        |
| 5. Decisão e seus efeitos.....                                                                              | 312        |
| 6. Distinções entre a “ação direta de inconstitucionalidade por omissão”<br>e o “mandado de injunção” ..... | 323        |

## Capítulo IX

|                                                                                      |                                     |     |
|--------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------|-----|
| AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE INTERVENTIVA (REPRESENTAÇÃO INTERVENTIVA) ..... |                                     | 327 |
| 1.                                                                                   | Origem, conceito e finalidade ..... | 327 |
| 2.                                                                                   | Legitimidade <i>ad causam</i> ..... | 330 |
| 3.                                                                                   | Competência .....                   | 331 |

|    |                                         |     |
|----|-----------------------------------------|-----|
| 4. | Parâmetro e objeto.....                 | 331 |
| 5. | Procedimento. A Lei nº 12.562/2011..... | 333 |
| 6. | Da medida liminar.....                  | 335 |
| 7. | Decisão e efeitos.....                  | 336 |

## Capítulo X

### **AÇÃO DECLARATÓRIA DE CONSTITUCIONALIDADE..... 339**

|    |                                      |     |
|----|--------------------------------------|-----|
| 1. | Origem, conceito e finalidade.....   | 339 |
| 2. | Legitimidade <i>ad causam</i> .....  | 340 |
| 3. | Competência.....                     | 341 |
| 4. | Parâmetro e objeto.....              | 342 |
| 5. | Procedimento. A Lei nº 9.868/99..... | 342 |
| 6. | Decisão e efeitos.....               | 344 |

## Capítulo XI

### **ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL ..... 347**

|        |                                                                                                                   |     |
|--------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 1.     | Origem, delineamento constitucional e generalidades do instituto.....                                             | 347 |
| 2.     | A parametricidade da arguição de descumprimento: os preceitos constitucionais fundamentais.....                   | 353 |
| 3.     | Conceito de “descumprimento” na arguição.....                                                                     | 358 |
| 4.     | Modalidades da arguição de descumprimento.....                                                                    | 359 |
| 5.     | Arguição direta ou autônoma.....                                                                                  | 361 |
| 5.1.   | Legitimidade <i>ad causam</i> .....                                                                               | 362 |
| 5.2.   | Competência.....                                                                                                  | 368 |
| 5.3.   | Procedimento. A Lei 9.882/99.....                                                                                 | 368 |
| 5.4.   | Medida liminar.....                                                                                               | 371 |
| 5.5.   | Objeto. Os atos ou omissões controláveis.....                                                                     | 372 |
| 5.5.1. | Atos normativos.....                                                                                              | 374 |
| 5.5.2. | Atos não normativos e as decisões judiciais.....                                                                  | 376 |
| 5.5.3. | Atos municipais.....                                                                                              | 377 |
| 5.5.4. | Atos anteriores à Constituição.....                                                                               | 379 |
| 5.5.5. | Atos políticos.....                                                                                               | 380 |
| 5.5.6. | Projetos de leis ou de emendas constitucionais.....                                                               | 382 |
| 5.5.7. | Ato de interpretação e aplicação do regimento interno do Legislativo incompatível com o processo legislativo..... | 385 |

|                                                                                                                                                    |     |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 5.6. Decisão e seus efeitos.....                                                                                                                   | 387 |
| 6. Arguição incidental.....                                                                                                                        | 392 |
| 6.1. Legitimidade ad causam.....                                                                                                                   | 396 |
| 6.2. Objeto.....                                                                                                                                   | 398 |
| 6.3. Controvérsia constitucional relevante.....                                                                                                    | 399 |
| 7. O caráter subsidiário da arguição de descumprimento de preceito fundamental. O significado e alcance do § 1º do art. 4º da Lei nº 9.882/99..... | 401 |
| 8. A arguição de descumprimento de preceito fundamental e as omissões do Poder Público.....                                                        | 410 |
| 9. A arguição de descumprimento de preceito fundamental como instrumento de reconhecimento do Estado de Coisas Inconstitucional.....               | 414 |
| 9.1. O Estado de Coisas Inconstitucional.....                                                                                                      | 414 |
| 9.2. O Projeto de Lei nº 736/2015 e as alterações na Lei nº 9.882/99 (Lei da ADPF).....                                                            | 415 |

## Capítulo XII

### CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE NOS ESTADOS-MEMBROS ..... 417

|                                                                             |     |
|-----------------------------------------------------------------------------|-----|
| 1. Considerações gerais.....                                                | 417 |
| 2. O controle de constitucionalidade difuso-incidental nos Estados.....     | 417 |
| 3. O controle de constitucionalidade concentrado-principal nos Estados..... | 422 |

## Capítulo XIII

### O CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE NA FRANÇA E AS ALTERAÇÕES ADVINDAS DA REFORMA CONSTITUCIONAL DE 23 DE JULHO DE 2008 ..... 431

|                                                                                                                          |     |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 1. Considerações Iniciais.....                                                                                           | 431 |
| 2. O Controle de Constitucionalidade na França, a Constituição de 04 de outubro de 1958 e o Conselho Constitucional..... | 432 |
| 3. Composição do Conselho Constitucional.....                                                                            | 433 |
| 4. Competência do Conselho Constitucional.....                                                                           | 434 |
| 4.1. O Controle Preventivo de Constitucionalidade.....                                                                   | 434 |
| 4.2. A Controle Repressivo de Constitucionalidade e a Questão Prioritária de Constitucionalidade (QPC).....              | 435 |
| 5. Considerações finais.....                                                                                             | 438 |

**Capítulo XIV****O CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE EM PORTUGAL..... 441**

1. Considerações Iniciais ..... 441
2. A fiscalização de constitucionalidade antes da Constituição de 1976..... 442
3. A fiscalização de constitucionalidade no texto inicial da Constituição de 1976..... 444
4. A fiscalização de constitucionalidade na Constituição de 1976 após a Revisão Constitucional de 1982 e o atual sistema português de fiscalização de constitucionalidade..... 446

**Capítulo XV****O CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE NO CHILE, COLÔMBIA, PERU, EQUADOR, BOLÍVIA, ALEMANHA, ITÁLIA, ESPANHA E BÉLGICA ..... 455**

1. Considerações Iniciais ..... 455
2. O Controle de Constitucionalidade no Chile..... 455
3. O Controle de Constitucionalidade na Colômbia..... 460
4. O Controle de Constitucionalidade no Peru ..... 464
5. O Controle de Constitucionalidade no Equador ..... 465
6. O Controle de Constitucionalidade na Bolívia..... 469
7. O Controle de Constitucionalidade na Alemanha ..... 471
8. O Controle de Constitucionalidade na Espanha ..... 473
9. O Controle de Constitucionalidade na Itália..... 475
10. O Controle de Constitucionalidade na Bélgica ..... 477

**BIBLIOGRAFIA ..... 481**